

Militares, políticos e outros mágicos

Esta nota de leituras refere-se a numerosos livros sobre a guerra, nomeadamente a guerra colonial portuguesa (1961-1974). Um número que poderia ter sido muito maior se os editores nos tivessem facultado todos os títulos pedidos. É que alguns parecem ter dificuldade em fornecê-los, ou consideram que os serviços de imprensa lhes saem demasiado caros, ou então trabalham com pessoal negligente. Em suma, não se trata, portanto, de uma selecção baseada em escolhas políticas ou simpatias pessoais do autor. Uma bibliografia só pode falar daquilo que se tem à mão. É, todavia, manifesto um crescimento significativo das memórias de antigos combatentes portugueses, aliás bastante mais significativo do que a produção suscitada pela conquista colonial dos séculos XIX e XX. Tudo indica que, nas décadas futuras, esse fluxo aumentará exponencialmente, devido às centenas de milhares de portugueses letrados que foram mobilizados para a defesa do império, devido à diversidade das suas experiências e ao traumatismo gerado por uma guerra que a grande maioria odiava, quer a considerasse inútil, contrária aos seus projectos e desumana, quer tivesse a sensação de ir arriscar a sua vida por interesses políticos e económicos com que não se identificava. As guerras de descolonização deixam geralmente uma lembrança amarga no espírito dos europeus que as travam. Os portugueses não fogem, evidentemente, a essa regra e estamos longe do triunfalismo das «belas campanhas coloniais» à Mouzinho de Albuquerque, Alves Roçadas, João de Azevedo Coutinho e outros grandes ou pequenos heróis de há três ou quatro gerações. Não há, nem nunca haverá, heróis nas guerras que vamos visitar. Apenas vítimas de ambos os lados, pese embora aos propagandistas e historiadores nacionalistas. De qualquer forma, na guerra de 1961-1974, uma guerra esfarelada e sempre recomeçada, sem batalhas decisivas, sem oficiais triunfantes, sem desafio patriótico, não há quem consiga citar um único nome sonante de entre a monotonia dos milhares de oficiais esgotados no mato ou prudentemente refugiados num qualquer gabinete com ar condicionado.

Antes de entrar no assunto propriamente dito, comecemos por prestar homenagem a um trabalho que está longe de ser perfeito ou inocente — quem pode almejar a perfeição em historiografia? —, mas que representa um esforço enorme (mais de 1600 páginas) e é de uma utilidade incontestável. Os cinco volumes de *Angola, Datas e Factos*¹, de Roberto Correia, são obra de um amador, repatriado de Angola e nostálgico da obra portuguesa em África. Optou por um sistema que certos historiadores podem considerar obsoleto, mas que lhes prestará grandes serviços: a elaboração de uma cronologia extremamente detalhada da história angolana de 1482 a 1975, com anotação de todas as datas que conseguiu encontrar na literatura e em periódicos (incluindo as publicações oficiais) quase exclusivamente portugueses. Assim, a guerra colonial e os seus prenúncios ou prolongamentos ocupam algumas dezenas de páginas do vol. 4 e uma centena do vol. 5, tendo este sido completado por vários índices e listas de personagens. É claro que o autor não aprova de forma alguma os responsáveis pela descolonização nem os partidos africanos que arruinaram o seu país. Está no seu direito. Apesar destas opções, a obra é uma autêntica mina de dados em bruto, cronologicamente referenciáveis. Factos insignificantes ou importantes. Eis a razão por que estes cinco volumes deveriam existir em todas as bibliotecas públicas portuguesas dedicadas à expansão ultramarina. O facto é que, tanto quanto se sabe, não existe nenhum estudo «profissional» da guerra em Angola após 1964. Efectivamente, quem tem coragem de ir remexer nas toneladas de papéis amontoados pela burocracia militar para nos fornecer uma lista ponderada e coerente de milhares de pequenas operações enterradas na rotina, na lama e na memória dos seus participantes?

Não se pretende aqui fazer juízos sobre o valor literário dos testemunhos suscitados pela guerra portuguesa. Apenas ficará a observação de que esta invadiu géneros pouco representados nos outros países que descolonizaram na violência: a poesia e o teatro. Limitar-nos-emos, no entanto, às memórias, aos ensaios e à ficção. E aí a colheita é mais do que abundante. Os dois volumes de António Ruano² formam um vasto fresco romanesco sobre o fim do salazarismo e a revolução, colocando em cena oportunistas do regime, arrivistas, um nacionalista angolano, etc. O autor evoca a revolta da Baixa de Cassange, uma plantação contígua ao rio Loge, a ancilose dos serviços militares em 1960, os capitalistas que dominavam Angola, a UPA e

¹ Roberto Correia, *Angola. Datas e Factos*, Coimbra, ed. do autor (Rua Salgueiro Maia, 55, 2.º S, 3040-006 Coimbra), 1998-2002, 5 vols., 1.º vol. (1482-1652), 198 páginas; 2.º vol. (1652-1837), 289 páginas; 3.º vol. (1837-1912), 419 páginas; 4.º vol. (1912-1961), 375 páginas; 5.º vol. (1961-1975), 376 páginas, fotografias e gravuras a preto e branco, vários índices.

² António Ruano, *Os Cabotinos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986, vol. I, 339 páginas; vol. II, 307 páginas.

os seus ataques de Março de 1961, a bruxaria, as atrocidades cometidas nas plantações do Noroeste, as rivalidades existentes no mato. *Angola e o Distrito do Uíge. A Hecatombe*³, de Carlos Alves, pelo ex-presidente da câmara de Carmona (Uíge), conta a história do terrorismo da UPA em Março de 1961, dividindo-a pelas localidades onde se deram os massacres (Quitexe, Zalala, Nova Caipemba, etc.) e depois por personagens da mitologia dos colonos de então. Introduce alguns pormenores inéditos em relação aos livros publicados trinta anos antes e exalta o papel dos africanos fiéis. O livro destina-se sobretudo aos «retornados» que tudo perderam, excepto a memória.

Um dos indicadores da profundidade e da persistência das perturbações psico-sociológicas causadas pela guerra é o facto de esta ter penetrado num subgénero popular: o romance policial. O herói patético mas cativante de Maria do Céu Carvalho⁴ é um antigo oficial, incapaz de se reintegrar na vida civil, um alcoólico instável, um perdedor, mais ainda com classe. O interesse que lhe atribuímos é que deve ser o único a evocar a angústia dos colonos do Sul de Angola, em terra ovambo, em 1961 e a descrever a prisão de Forte Roçadas (assassinos, nacionalistas goeses, terroristas). No segundo romance, a mesma autora⁵ embarca-nos numa história de tráfico de armas a favor da UNITA, trocadas por diamantes. Também aí voltam as lembranças do Sudeste angolano (Cubango) e é muito provável que o conhecimento do meio dos organizadores de safaris no Norte da Namíbia, bem como a escolha do nome do traficante, não sejam meramente fortuitos. A autora deve saber mais do que dá a entender.

Voltemos ao Noroeste com um documento em bruto, do tipo que nos agrada. São as anotações⁶ dia após dia (Junho de 1961-Agosto de 1963) de um jovem operário da indústria vidreira da Marinha Grande mobilizado para uma companhia de artilharia, que revelam um quotidiano sem grandes actividades militares. Inicialmente baseado em Ambriz (dois prisioneiros abatidos na prisão), o nosso modesto diarista fez patrulhas que eram atacadas na subida para Nambuanguongo, na escolta a colunas de veículos civis. Foi seguidamente transferido para Bembe, Bengo (onde comerciantes desonestos viciavam as balanças) e para a serra do Uíge. Sem heroísmos, sem reflexões políticas: a vida de um simples soldado, sem mais. A terra kongo fora em parte evacuada pelos seus habitantes.

³ Carlos Alves (Cave), *Angola e o Distrito do Uíge. A Hecatombe*, Lisboa, Associação dos Amigos do Uíge, 1992, 203 páginas.

⁴ Maria do Céu Carvalho, *Intermediários, L.^{da}*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, 222 páginas.

⁵ Id., *Feijões Contados*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995, 165 páginas.

⁶ José Marques Fidalgo, *Tudo Isto pelo Norte (Angola 1961-1963)*, Marinha Grande, ed. do autor (R. Eiras, C/12, Garcia, 2430 Marinha Grande), 2000, 141 páginas, fotografias a preto e branco.

Onde estão? Exilados no Zaire, evidentemente. Encontramo-los numa narração curiosa (inspirada pelo estilo do grande perturbador que foi Louis-Ferdinand Céline) de um angolano da diáspora (instalado em Toronto). A acção passa-se durante e após a guerra colonial. A mãe morre no exílio, sem ter tornado a ver São Salvador, os irmãos juntaram-se à UPA-FNLA e o narrador⁷ finge um distanciamento do facto político. Angola, para ele, já não é mais do que uma imagem esfumada.

Regresso à violência com Rogério Carvalho⁸. São as recordações literárias de um professor de história do ensino secundário que foi enviado para Angola de 1971 até Junho de 1973, nomeadamente para o núcleo duro da rebelião do Noroeste. Mucondo situa-se nos Dembos, onde são narradas várias operações realizadas a pé pela floresta virgem. A fazenda Santa Eulália ainda se encontra em actividade, mas o ambiente é pesado entre os tropas.

Ainda no mesmo sector — um dos mais penosos para o exército — mas novamente sob forma de romance policial⁹ passado (Maio de 1970) numa unidade de caçadores nos Dembos. Assiste-se aqui a uma penetrante interpretação de uma burocracia militar em campanha numa zona de guerrilha mais ou menos intensa (a maioria das plantações haviam sido abandonadas, mas os grupos MPLA e FNLA digladiam-se entre si). A intriga gira à volta de um sargento que foi abatido por um oficial, pois sabia de mais acerca de um roubo de armas. Na descrição de uma operação «quente», o autor insiste no medo de um capitão e, subjacentemente, adivinha-se a rivalidade existente entre oficiais de carreira e oficiais milicianos.

Um outro romance, *O Breve Reino dos Vivos*¹⁰, foi publicado por um ex-pára-queda (1963-1965) em Angola. Anti-salazarista e anticolonialista — o que era raro entre os pára-queda franceses —, o autor desmobilizado não consegue esquecer os mortos e a inutilidade de todas aquelas operações na mata dos Dembos. O período abrangido situa-se entre o fim da guerra e a revolução de 1974, passando-se o resto da história numa cidade de província. Mesmo cenário inicial (os Dembos) em Carlos Urgel Dirceu¹¹, que coloca em cena um oficial miliciano de 1964 a 1965. Assiste-se à subida em colunas para Nambuanguo, a patrulhas, à vida num destacamento estacionado numa plantação, a operações antiguerrilha. O capitão acaba por ser evacuado. O autor é depois transferido para Duque de Bragança: boa vida, até ao seu encarceramento e posterior internamento no Hospital Militar

⁷ Aristote Kavungu, *L'Adieu à San Salvador*, Otava (Ontário), L'Interligne, 2001, 119 páginas.

⁸ Rogério Carvalho, *As Três Guerras do Mucondo*, Lisboa, Roma Editora, 2001, 57 páginas.

⁹ António Silveira, *Morto em Combate*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990, 191 páginas.

¹⁰ Fernando Melim, *O Breve Reino dos Vivos*, Viseu, Palimage Editores, 1997, 315 páginas.

¹¹ Carlos Urgel Dirceu, *Miguel Várzea, Alferezes e Paisano*, Mem Martins, Publicações

de Luanda devido a problemas neurológicos antes de ser evacuado para Lisboa. Mais complexa é a obra *Os Páras na Guerra, 1961-63, 1968-72*¹², redigida por um oficial de carreira (coronel), pára-queda reformado, que exalta a mística e o papel dos páras no terreno, a cumprirem o seu dever sem preocupações políticas, segundo o autor. É uma narração também ela autobiográfica mal disfarçada, mas não linear. Passa-se de uma operação em Abril de 1969 nos Dembos para recordações sobre esse mesmo terreno a partir de 1961 e depois salta-se para outro cenário com a chegada dos helicópteros sul-africanos a Ninda (a sul de Gago Coutinho, no Moxico). Estes pretendem actuar contra a SWAPO dos nacionalistas namibianos, os portugueses contra a UNITA. E regressa-se a uma operação nos Dembos, onde é constatada a desumanidade das condições de vida dos guerrilheiros, que abandonam uma parturiente. Nova operação no Moxico contra a infiltração de um batalhão (?) do MPLA, vindo do Zaire, por volta de 1970. O autor acentua — e muito bem, em nossa opinião — o êxito das operações «saltos de rã», que bloqueiam os movimentos do MPLA na direcção dos Dembos a partir de leste, e evoca ainda o êxito de uma grande operação conjunta helitransportada a partir de Cuíto-Cuanavale e outra nos Dembos, a partir da «célebre» plantação Santa Eulália (Dembos). Toda esta cronologia não é fácil de ordenar, tanto mais que o autor introduz discussões sobre o futuro de Angola, interroga-se sobre o sentido da guerra psico-social (organizou um concurso de beleza entre aldeãs), não evita recordar as tradicionais rivalidades entre a tropa regular e os páras, demasiado seguros de si, para terminar com a pergunta: de que terá servido tanto esforço?

Segue-se um livro não romanceado, mas duplamente interessante, porque quem narra não é um antigo soldado, mas um ex-policia metropolitano (PSP), um mutilado de guerra. O autor¹³ não parece ter um feitio fácil, mas o seu testemunho está bem construído e chega mesmo a tornar-se empolgante ao contar a espera de 52 horas para uma evacuação numa aldeia ganguela (a leste de Serpa Pinto), onde personificava a autoridade máxima e se encontrava a morrer, esvaído em sangue, com um pé arrancado por uma mina (2 de Novembro de 1970). A sua descrição do confronto entre um policia rural, recém-desembarcado de Portugal, e a realidade banta numa aldeia cercada pela guerrilha é única. Sente-se revoltado contra a hierarquia policial, contra os militares que ligam mais aos carros do que aos soldados abandonados.

¹² Joaquim M. Mensurado, *Os Páras na Guerra, 1961-63, 1968-72*, Lisboa, Prefácio, 2002, 235 páginas, fotografias a preto e branco.

¹³ Adelino Pais Fernandes, *Inferno em Terras do Fim do Mundo*, Covilhã, ed. do autor (a/c Associação Portuguesa de Deficientes, Rua Comendador Mendes Veiga, 11-13, 6200-047 Covilhã), 2000, 204 páginas, fotografias a preto e branco.

Diz ter tido um bom entendimento com os «seus» aldeões e com os angolanos da polícia que queriam a independência, mas com os portugueses. Assinala a presença de espões do MPLA: é, portanto, um homem na «fronteira» de duas sociedades. Além disso, a sua descrição do Hospital Militar de Luanda é rara. Verdadeiro esfolado vivo, vituperando contra as autoridades (incluindo o governador-geral) que não querem pôr fim à guerra, iniciará uma longa luta contra a administração e contra os psiquiatras, transformando-se depois num dos motores da Associação Portuguesa de Deficientes. Insiste em lembrar que, se esta guerra causou relativamente poucos mortos, os ferimentos psíquicos e morais foram cataclísmicos.

Podemos imaginá-los agora do outro lado da marquesa graças ao romance (?) de um cirurgião antimilitarista e anticolonialista mobilizado por volta de 1970 para trabalhar no Hospital Militar do Luso. Como o seu acesso nos foi negado em 1966 (cf. René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Orgeval, Editions Pélissier, 1979, p. 246), graças a este livro¹⁴ compreendemos finalmente porquê: não era apresentável a um estrangeiro demasiado inquiridor. O cirurgião — vulgo, o autor — tem uma forte personalidade que o faz odiar literalmente os regulamentos militares e os oficiais de carreira, puros burocratas numa Angola onde em 1970 o Leste representava 75% dos feridos e dos mortos (minas). Muito seguro das suas competências e da indispensabilidade da sua actividade para ser seriamente incomodado, este médico tão pouco militarista apresentará queixa contra a PIDE/DGS por esta ter torturado um soldado africano em Teixeira de Sousa. Também exprime o seu desprezo pelos colonos locais, que só pensavam em esmagar os africanos. Exterminara-se a população inteira de uma aldeia perto do Luso! Acabará por ser transferido para Cabinda, onde faz referência ao bom entendimento entre os cabindenses e os portugueses. O editor refere que o autor também publicou uma *História da Medicina Militar Portuguesa*, que gostaríamos de conhecer se contiver um estudo detalhado dos cuidados prestados às tropas coloniais portuguesas nos séculos XIX e XX, pois as nossas fontes sobre o tema são bastante negativas (sobretudo entre 1907 e 1918).

Um outro livro de lembranças (romanceadas?), da autoria de Albertino Almeida¹⁵, provém de uma corporação (os juizes) que atravessa, em geral, todos os regimes, todas as revoluções e todos os compromissos praticamente indomne. De extrema-direita ou de extrema-esquerda, a justiça está sempre do lado do poder na generalidade dos países. O autor serve-se da sua experiência como inspector dos Serviços Penitenciários para percorrer as prisões de Angola no período de 1972-1973. Revela o conluio de alguns

¹⁴ Carlos Vieira Reis, *Ponto sem Nó. Crónica de Um Cirurgião de Guerra*, Lisboa, Editora Replicação, 2002, 208 páginas.

¹⁵ Albertino Almeida, *Na Linha dos Confins*, Lisboa, Editorial Caminho, 1998, 279 páginas.

juizes com a Diamang e ajuda-nos muito a conhecer os primeiros meses do pós-25 de Abril de 1974 em Angola. É sobretudo fundamental para seguirmos o inquérito que efectuou ao campo de concentração de São Nicolau (Verão de 1974), o qual se «celebrizou» pelos crimes cometidos contra certos prisioneiros. Denuncia o papel da justiça que ajudou o director de São Nicolau a evadir-se da prisão de Cabinda. Fornece-nos ainda, nesse contexto, uma extensa biografia (verdadeira ou inventada?) de Alexandre Taty, que de seminarista passou a quadro dos correios na Gabela, depois a ministro da FNLA em Léopoldville, sendo seguidamente recrutado pela PIDE, que o incitou a desviar 300 soldados de Holden Roberto para servirem os portugueses em Cabinda. Em 1975 ter-se-ia tornado um dos chefes da FLEC, movimento com cisões e transformações tão sucessivas que acabaram por desacreditar uma grande parte dos independentistas cabindenses. O autor (e o seu duplo no romance) devia ter permanecido na magistratura. Mas, levado pelo demónio da política, embarcou no turbilhão dos anos 1974-1976 e pagou caro por isso, tendo tido de lutar contra o Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ele, juiz, devia saber que os burocratas ganham sempre ao D. Quixote, mesmo nos países surrealistas. Do romance *Ora Esguardae*¹⁶ não se pode dizer que se centra verdadeiramente na guerra. Contém, no entanto, algumas páginas dedicadas a uma visão anticolonialista de Luanda e da Lunda, a soldados em campanha no Noroeste e no Leste angolanos, com a evocação de certos crimes de guerra perpetrados por tropas comandos.

Chegamos agora a uma tese muito importante que faz de charneira entre, por um lado, a guerra colonial e os desaires do MPLA no plano militar e depois a sua vitória graças ao apoio decisivo de Cuba e, por outro lado, a intervenção de Fidel Castro em Angola até 1991. É uma história-batalhas, como os historiadores obcecados pelos ucasses e pelas modas universitárias já não ousam escrever. Edward George¹⁷ parece não se incomodar com tal e não hesita em remar contra a maré, desmontando uma série de ideias feitas, a começar pelos mitos do bom entendimento cubano-angolano e da derrota dos sul-africanos em Cuíto-Cuanavale (1987-1988). É um trabalho baseado em investigações minuciosas nas fontes publicadas e no terreno em Angola, em Cuba e na África do Sul (entre outros países). O que sobressai muito claramente é que o autor não nutre nenhuma simpatia exagerada (trata-se de um eufemismo) pelo regime castrista e respectiva propaganda. Talvez tenha considerado como demasiado adquiridas as versões optimistas fornecidas

¹⁶ Olga Gonçalves, *Ora Esguardae*, Lisboa, Editorial Caminho, 3.^a ed., 1989, 201 páginas.

¹⁷ Edward George, *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991*, Londres, ed. do autor (Edward George, Room 19, 5 Sussex Place, Paddington, London W2 2SX), 2002, 457 páginas + 24 mapas (ed. provisória).

pelas hierarquias sul-africanas do antigo regime. Seja como for, sabe que terá de enfrentar as barreiras dos críticos que fazem carreira na polémica — o que os enche de competência. Todavia, poderão encontrar neste trabalho a puxar ligeiramente para a direita (e por vezes até bastante) centenas de pormenores cuja procura seria vã em qualquer outra obra sobre a guerra dos MPLA-cubanos contra os UNITA-sul-africanos. Note-se que algumas estatísticas (500 000 cubanos em África, p. 1, ou 450 000, p. 435?) nos parecem algo vagas. O destino destes veteranos deve sobretudo ser comparado com o de inúmeros antigos combatentes que ficaram com a sensação de terem sido sacrificados por regimes corrompidos e/ou ditatoriais. Em Cuba, o momento é de desencanto, pois os mágicos envelhecem nos bastidores. Ou permanecem em palco noutros países.

É o que se passa em Angola, onde mesmo um escritor da União dos Escritores Angolanos, deputado à Assembleia Nacional, fustiga com críticas mordazes e sarcásticas a nova sociedade luandense, edificada sobre o caos saído da guerra civil. Os amantes das contradições marxistas sentir-se-ão satisfeitos ao lerem *Filhos da Pátria*¹⁸, pois é-lhes aí dado verificarem de que forma certos ex-combatentes do MPLA se transformaram em personalidades venais do regime (cf. *Camarada Excelência*), levando uma vida de novo-riquismo, ao passo que os «deslocados» sobrevivem no horror do quotidiano.

Até a longínqua Austrália e o seu público, pouco sensibilizados para as angústias africanas, se fizeram eco dos combates em Angola. *Jackal's Dance*¹⁹ é uma ficção do género Wilbur Smith, com a diferença de que se trata de uma crítica violenta aos soldados da UNITA, dos quais doze, conduzidos por um fanático de Savimbi, entram na Namíbia com o intuito de raptarem um grupo de turistas sul-africanos e europeus. Mas só os ricos, porque os pobres são massacrados no Etosha National Park. Uma pintura cruel da degenerescência da guerrilha em banditismo. Um livro volumoso mas bem documentado.

Voltemos à guerra colonial portuguesa, mas desta vez à Guiné, com o diário de um alferes miliciano (Abril de 1965-Janeiro de 1967) que ali se encontrava contra a sua vontade (pp. 41-69). Estacionado em Contuboel e depois em Dunane, o autor compara essa estada a uma morte lenta. É informado de que o Comando emitiu a ordem — estranha para quem observa de fora — de ensinarem localmente e com grande rapidez os três primeiros anos da escola primária aos soldados portugueses analfabetos, sob pena de não serem desmobilizados. Cristóvão de Aguiar²⁰ falsifica o exame a dez soldados. Não relata combates.

¹⁸ João Melo, *Filhos da Pátria*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, 166 páginas.

¹⁹ Beverley Harper, *Jackal's Dance*, Sydney, Pan Macmillan Australia, 2002, 675 páginas.

²⁰ Cristóvão de Aguiar, *Relação de Bordo (1964-1988), Diário ou Nem Tanto ou Talvez*

Depois, uma pura ficção de Manuel Viana²¹, que teve de ir conhecer Bissau no fim da guerra. O texto, assaz inesperado e por vezes inverosímil, coloca em cena um adolescente português cujo pai vai para as ilhas Bissagós preparar a invasão de Conacri pela marinha portuguesa. A criança foge *a pé* para o Senegal!

Muito mais consistentes são as memórias de guerra de um oficial de carreira nascido em Sá da Bandeira (1943) e mobilizado para a Guiné (Dezembro de 1965 a 1973, com interrupções). O volume da experiência e do livro poderia ter fornecido uma narrativa capital. Só que é de exploração difícil para o historiador, porque o autor²² introduz inúmeros pequenos relatos sem qualquer preocupação cronológica. O que tem de original é a sua posição. Critica, citando nomes, muitos oficiais de carreira como cobardes e «protegidos com cunhas» e, em contrapartida, exalta a guerra dos oficiais milicianos e a resistência do simples soldado, «o povo». Em suma, vira-se contra a sua própria casta: «Por norma, os oficiais do Quadro Permanente gostavam pouco de ir ao mato» (p. 51). Fulacunda, Bissorã, Mansoa, foram os seus principais aquartelamentos. Comandou uma companhia indígena em Fulacunda e fala dessas milícias africanas, traídas — diz ele — por certos oficiais de esquerda do MFA que forneceram ao PAIGC a lista dos africanos condecorados e louvados (p. 117). Sabe-se como foram massacrados pelo PAIGC uma vez no poder. Não se extrai uma opinião muito positiva da acção dos militares na Guiné a partir da leitura deste livro, que permanece importante por nos parecer o mais detalhado em matéria de operações reais (designadamente em Setembro de 1966), nomeadamente o ataque da base central do PAIGC (Mores) no Oio. Para o historiador das campanhas de ocupação (cf. René Pélissier, *Naissance de la Guiné*, Orgeval, Editions Pélissier, 1989), a repetição de certos topónimos na crónica da resistência anticolonial nada deve ao acaso.

Outro texto tirado de experiências guineenses, *Percursos*²³, é um romance que contém um capítulo (pp. 71-100) sobre uma guarnição na Guiné por volta de 1970-1972 debaixo do fogo do PAIGC. Relata a vida dos combatentes que querem sair do inferno dos bombardeamentos e das minas. Também aí as milícias africanas estão presentes. Quanto a Fernando Gusmão²⁴, demasiado velho para ter sido mobilizado, só o citamos aqui pela carta (pp. 253-255) de demissão do autor (cooperante na Guiné-Bissau de 1977 a 1978) dirigida a Mário de Andrade, comissário para a Educação Nacional,

²¹ Manuel Viana, *Abalada do Pidjiguiti*, Lisboa, Editorial Escritor, 2001, 198 páginas.

²² Rui Alexandrino Ferreira, *Rumo a Fulacunda*, Viseu, Palimage Editores, 2000, 399 páginas fotografias a preto e branco.

²³ Manuel Morgado, *Percursos*, Lisboa, Editorial Escritor, 1999, 179 páginas.

²⁴ Fernando Gusmão, *A Fala da Memória*, Lisboa, Editorial Escritor, 1993, 277 páginas.

por não ter conseguido organizar um estágio de comediantes em Bissau, conforme era sua missão. Qual a razoabilidade das autoridades de um país tão desfavorecido como a Guiné para se ocuparem de teatro? As prioridades dos mágicos são, na verdade, impenetráveis para os mortais.

Totalmente desequilibrada, a nossa apresentação da guerra colonial em Moçambique é cruelmente insuficiente pela razão referida no preâmbulo e também talvez devido a uma falta de informação que o crítico lamenta, mas está pronto a emendar se os editores ou os autores responsáveis se sentirem ignorados. Começemos por Adelino Ribeiro de Abreu²⁵, que nos oferece antes de mais um álbum com 419 fotografias, amplamente comentadas, por vezes num sentido anticolonialista. Trata-se de um médico mobilizado para Moçambique de Abril de 1964 a Novembro de 1966 e que ilustrou a sua guerra. Passa-se no Nordeste do distrito da Zambézia, depois nos distritos de Moçambique e Cabo Delgado, além da Beira e das cidades do Sul. Regresso pela costa angolana e Sá da Bandeira. O livro é importante porque relata cenas de guerra no território maconde (Julho de 1965): 5 mortos e 5 feridos por tiros de bazuca. O médico refere falta de meios na evacuação. Em Setembro de 1965, uma outra emboscada salda-se em 3 mortos e 18 feridos. A guerra de guerrilha não é como Verdun, nem mesmo como a batalha da Lys, mas desmoraliza o adversário. Os macondes e os pequenos destacamentos em torno de Mueda constituem o ponto alto da narração. O autor critica as táticas e os objectivos portugueses, não gosta muito dos colonos, lamenta a pobreza dos meios, descreve as torturas infligidas aos prisioneiros, etc. Um livro interessante para conhecer o início da guerra em Cabo Delgado.

Com Manuel Maria²⁶ entra-se no período final da guerra em Moçambique e no distrito de Tete (Daque e destacamentos em 1972-1974). É a história de um alferes miliciano que evoca a violação de uma mulher e depois o assassinio de um idoso pela tropa. Combate-se muito pouco e os oficiais preocupam-se mais com a disciplina do que com os combates. Todavia, assiste-se a uma operação aerotransportada. O autor é depois colocado na Zambézia (Tacuane, Lugela, etc.), onde chega o 25 de Abril de 1974. O subtítulo fala de «caricaturas». Em nossa opinião, o romance não procurou caricaturar o que quer que seja. O que descreve honestamente, como a maioria dos outros títulos, é uma realidade pobre e enfadonha. Quanto a Ângelo Cristo²⁷, é autor de um

²⁵ Adelino Ribeiro de Abreu, *Lembranças de Moçambique*, Guimarães, ed. do autor (Rua Central, 1163-A, Pevidem, 4810-369 Guimarães), 1996-1997, 1.º vol., 191 páginas; 2.º vol., 205 páginas, 419 fotografias a preto e branco.

²⁶ Manuel Maria, *Checa é Pior que Turra. Caricaturas da Guerra Colonial*, Porto, ed. do autor (Rua Diamantina, 154, 4350-145 Porto), 1996, 287 páginas.

²⁷ Ângelo Cristo, *O Artificio da Memória*, Lisboa, Editorial Escritor, 1994, 152 páginas.

romance também passado em Moçambique no período de 1960-1977. Coloca em cena o filho de um colono e um seu amigo africano: este acaba por se juntar à FRELIMO em Dar-es-Salam, enquanto o primeiro cumpre o seu serviço militar, com a descrição de uma emboscada.

Deixemos agora este recorte geográfico para nos aproximarmos do centro político, ou seja, dos mágicos que «governavam» este arquipélago de guarnições e soldados do fim do mundo. É, todavia, de salientar, antes de mais, a importância capital da *Portuguese Studies Review*²⁸, cujo n.º 1 do vol. 10 marca uma viragem, porque a revista passa das mãos do seu criador (Douglas L. Wheeler, que a pilotou em época de tempestades e fica um dos luso-africanistas de mérito dos Estados Unidos) para as de Ivana Elbl, no Canadá. Nunca percebemos por que razão esta publicação científica de alto nível, que abrange o essencial da lusofonia vista por especialistas anglófonos (e alguns lusófonos ou, muito raramente, francófonos), está tão mal representada nas bibliotecas universitárias — ou que pretendem sê-lo — de Portugal e do Brasil. Existem aqui bloqueios mentais, institucionais ou financeiros que continuamos a não compreender. Mas regressemos ao nosso propósito, que não é nos lamentarmos da miséria e do atraso secular das bibliotecas lusófonas. O n.º 1 do vol. 10 contém nove grandes artigos, dos quais seis directamente ligados a África e, entre estes, um sobre as tropas africanas no exército português. É detalhado e dispõe de boa informação. Os seus efectivos, que eram de 9000 em 1961, sobem para 61 816 em 1973, o que significa que as tropas recrutadas em África representavam 41,4% do total. Era melhor do que nada, mas o que o comando português não compreendeu ou não quis compreender desde o início foi que era preciso seguir o exemplo dos grandes antepassados — não de Mouzinho de Albuquerque, mas de Teixeira Pinto e das dezenas de obscuros oficiais do tempo da conquista. Por outras palavras, que era preciso africanizar a guerra (e as perdas), ou seja, acabar com a «tropa fandanga», profissionalizando maciçamente e remunerando bem os voluntários africanos, conforme fizeram os sul-africanos com um punhado de oficiais motivados e alguns milhares de angolanos (incluindo os boximanes da PIDE/DGS). A exploração das divisões étnicas e dos mercenários foi o trunfo principal da conquista portuguesa. Enquanto o armamento dos nacionalistas era inferior em quantidade e em qualidade ao dos portugueses, havia uma pequena hipótese de vitória militar para Lisboa (digamos, até 1963-1964). Depois seria demasiado tarde. Só que os mágicos de Lisboa estavam esclerosados nos seus conceitos operacionais — e, por maioria de razão, políticos para os civis — e quiseram travar uma guerra de estado-maior com soldados metropolitanos catapultados

²⁸ *Portuguese Studies Review*, c/o Prof. Ivana Elbl, chief editor, Trent University, Peterborough, Ontario, K9J 7B8, Canadá, 2002, vol. 10, n.º 1, 209 páginas.

para três guerras tropicais em simultâneo que não estavam à sua altura. Não vamos aqui refazer a história com «ses», mas todas as justificações, denegações ou outros sofismas posteriores em nada alteram a questão. Não era só material ou equipamento, ou mesmo homens, que faltavam aos militares, era imaginação e vontade de vencer em muitos dos oficiais superiores e alguns dos subalternos. Quem duvidar que leia as dezenas ou centenas de testemunhos já fornecidos por literatos involuntários a partir de 1974-1975 que, esses, estiveram no mato durante a sua juventude. As hierarquias (civis e militares) optaram pela solução da facilidade: enviar para África centenas de milhares de portugueses e, indirectamente, empurrar quase outros tantos para o exílio.

O que levou a quê? Política e demograficamente, sabe-se, mas o que é muito mais difícil de avaliar é a amplitude do choque em praticamente todas as famílias portuguesas, com pelo menos um homem (actualmente com 40 e muitos anos para os mais novos, com mais de 80 anos para os mais velhos) que viveu a guerra colonial. Ainda se aceita que tenha havido 9241 (um número a verificar!) mortos, mas cerca de 25 000 inválidos já é de mais e 140 000-150 000 outros que sofrem de *stress* pós-traumático de guerra é enorme. Estes números foram tirados de uma das várias publicações lançadas por antigos combatentes que se sentem ludibriados e esquecidos²⁹. Após a catastrófica participação de Portugal na Grande Guerra, Salazar teve a habilidade de se manter afastado da Segunda Guerra Mundial, mas caiu na armadilha da guerra colonial nas piores condições internacionais, económicas e militares possíveis, com um exército de forma alguma preparado para este tipo de conflitos e que para limitar as suas perdas e as suas despesas se via obrigado a limitar as actividades. Um típico beco sem saída, cujas consequências eram bem visíveis — e vimo-las pessoalmente em 1966 (cf. René Pélissier, *Explorar...*, cit., pp. 21-23) — no Hospital Militar da Estrela: «um grupo de paralíticos soldados que fazia corrida em cadeiras de rodas», como relata Almeida Faria na sua obra *Cortes*³⁰. Ou, mais cientificamente, no trabalho de um coronel na reserva, David Martelo³¹, que analisa as relações entre o poder salazarista e o exército, cujos militares de carreira defende. Salienta a inevitabilidade do desaire militar, apesar de um número de efectivos superior a 150 000 homens no início de 1974, dos quais perto de 100 000 (pelo menos, quase de certeza mais de 90 000) metropolitanos. Envolvido nesta espiral inflacionista, um país pobre como Portugal era na altura, com uma população estagnante ou decrescente, um exército minado pelo interior

²⁹ *Combatentes do Ultramar*, Barrocelas, Comissão dos Antigos Combatentes do Ultramar de Barrocelas, 2001, 308 páginas, fotografias a preto e branco.

³⁰ Almeida Faria, *Cortes*, Lisboa, Editorial Caminho, 3.ª ed., 1986, 191 páginas.

³¹ David Martelo, *A Espada de Dois Gumes. As Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, 391 páginas.

nos seus quadros e sem apoios efectivos no exterior — nem mesmo entre os colonos —, só podia pagar o preço dos erros iniciais dos seus generais ou, na melhor das hipóteses, conceder mais alguns anos de sossego aos mágicos da política. Ou então fazer uma peregrinação a Fátima.

Também vale a pena citar as memórias de um general (reformado) de esquerda, membro do MFA. Violentamente anti-salazarista e anticolonialista, Franco Charais faz-nos perceber que a fruta já estava tocada. Por bichos de direita (presenciou abusos da administração colonial em Mutarara, Moçambique, em 1961) e bichos de esquerda. Esteve em Angola de 1971 a 1973, no Estado-Maior da ZML (Zona Militar Leste), no Luso, onde era responsável pelo material e pelo pessoal. Menciona um ataque do MPLA ao Luso com morteiros. É provável que as patrulhas já não fossem feitas com regularidade. E, no entanto, era na ZML que os portugueses haviam ganho terreno em 1973. *O Acaso e a História*³² não é um livro fácil de seguir porque o autor, que se tornou pintor, escreve por meio de pequenas pinceladas impressionistas. Contém, todavia, algumas páginas sobre a vida dos soldados no Leste e os subterfúgios por eles utilizados para não patrulharem. Além disso, foi até Luiana. Nós também. Um lugar que fazia verdadeiramente fronteira com a pré-história (cf. René Pélissier, *Le naufrage des caravelles*, Orgeval, Editions Pélissier, 1979, p. 187) e, acessoriamente, com a Zâmbia. Ai os soldados portugueses dormiam em tendas e em cubatas! Como disse António Enes, cerca de oitenta anos antes, dos soldados de 1895 em Moçambique, nenhum outro elemento de qualquer dos exércitos europeus teria aceitado viver nestas condições ano após ano. Em *Questionar Abril*³³, uma colectânea de estudos ou artigos escritos por um membro do MFA, pouco é dito sobre o exército em África. O autor, nesta obra, interessou-se mais pela política do que pelas operações propriamente ditas.

Mas voltemo-nos agora para outros mágicos, os da imagem, nomeadamente os extraordinários fotógrafos moçambicanos pré e pós-independência. *Illuminando Vidas*³⁴, um catálogo elaborado por ocasião de uma exposição na Suíça, consagra o génio de Ricardo Rangel e revela-nos a obra de catorze outros fotógrafos locais, mais ou menos seus émulos, mais ou menos jornalistas, mas todos decididos a darem-nos uma visão da realidade moçambicana que nada deve à propaganda. Este álbum, sumptuosamente ilustrado, fala-nos de guerra, de soldados, de prostitutas, de camponeses, de inundações, de cães, de miséria, de pobreza, de comércio, de morte, etc. Trilingue (alemão, francês e parcialmente português), a obra é um êxito

³² Franco Charais, *O Acaso e a História. Vivências de Um Militar*, Lisboa, Âncora Editora, 2002, 329 páginas.

³³ Pedro Pezarat Correia, *Questionar Abril*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, 278 páginas.

³⁴ Bruno Z'Graggen e Grant Lee Neuenburg (coords.), *Illuminando Vidas. Ricardo Rangel und die mosambikanische Fotografie. Ricardo Rangel et la photographie mozambicaine*, Basel, Christoph Merian Verlag, 2002, 171 páginas, fotografias a preto e branco.

(excepto em matéria de cronologia). Além disso, contém as biografias dos fotógrafos. E outros há, esses sul-africanos (de todas as cores), que guindam a foto-reportagem a um género artístico frequentemente satânico! *The Zanzi Bar*³⁵ prova a vitalidade transbordante da imprensa sul-africana a «cobrir» os conflitos do continente, ou pelo menos o que faz os grandes títulos da actualidade. Aqui o autor centra-se nas atitudes e reacções dos repórteres face a situações paroxísticas, o que deu origem a catorze páginas sobre as inundações em Moçambique, sem falar dos massacres no Ruanda, da escravatura no Sudão e de outros horrores em que o continente é fértil. É uma profissão perigosa, exercida por aventureiros ou intoxicados insaciáveis, de que a África do Sul de há trinta--quarenta anos tinha vários representantes que se estreadam a «cobrir» a guerra colonial portuguesa. Desde então já tiveram tempo de alargar muitíssimo o leque das suas macabras experiências.

Vejamos agora de que forma o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês utilizou um outro mágico, também ele fotógrafo de profissão, para popularizar um país de reputação duvidosa e, por esse meio, justificar a sua presença num antigo couto espanhol cuja utilização tem vindo a aumentar de interesse desde que tem petróleo. Muito petróleo, portanto frequentável, apesar de alguns pequenos pormenores. A diplomacia é uma arte ainda mais perigosa do que a fotografia. Assim, *Guinée Equatoriale. Traces*³⁶ é um álbum bilingue muito simpático que nos transmite uma visão agradável de um país que os actuais portugueses se vão arrepender de o terem cedido aos espanhóis. Os historiadores até ficarão a saber (p. 127) que, segundo os serviços da cooperação francesa, «los portugueses ocupan la isla [de Fernão do Pó] de 1472 a 1778». É espantoso ver como é que 5 ou 6 milhões de toneladas anuais de petróleo podem influir no sentido do verbo «ocupar»!

Menos mágico, mas de uma incontestável utilidade científica, assinale-se para este Eldorado o *Atlas de la Guinée Equatoriale*³⁷, o primeiro no género elaborado para o país. Com cartografia a cores, apresenta uma série de dados impossíveis de encontrar reunidos sob uma mesma capa, e, se o objectivo laudatório ainda permanece, é preciso, no entanto, felicitar os seus realizadores pela quantidade inigualável de elementos sobre os problemas geográficos, económicos, sociais, etc. No que se refere à parte histórica, podem emitir-se algumas reservas. O que não impede, contudo, que não haja nada de comparável

³⁵ John Webb, *The Zanzi Bar. Africa through the Lens*, Claremont (África do Sul), Spearhead [New Africa Books (PTY) Ltd.], 2002, 127 páginas, fotografias a cores.

³⁶ Emmanuel Rioufol (fotografias) e Jean-Luc Le Bras (textos), *Guinée Equatoriale. Traces. Guinea Ecuatorial. Huellas*, Saint-Maur-des-Fossés (França), Editions Sépia, 2000, 143 páginas, fotografias a preto e branco e a cores.

³⁷ Anne Lerebours Pigeonnière (coord.), *Atlas de la Guinée Equatoriale*, Paris, Editions J. A., 64 páginas, fotografias e mapas a cores.

para os Estados lusófonos de África, mesmo para aquele que tem petróleo e se arrisca a ser em breve apanhado (ultrapassado?) pelo seu novo concorrente.

Voltemos ainda à guerra colonial, já não portuguesa, mas indonésia, numa antiga colónia de Lisboa: Timor. E comecemos por uma visão canadiana da questão, aliás ligada à imagem, pois trata-se de um romance³⁸ que nos conta como uma estudante canadiana filmou por acaso em Díli o massacre dito de Santa Cruz e, como testemunha incómoda para o exército indonésio, «desapareceu». Maggie Helwig faz-nos entrar nas profundezas e no horror de um exército de ocupação, na resistência timorense e, sobretudo, nos meios activistas estrangeiros que operavam (1991-1993) pela libertação da ilha. Chega a ser sepulcral. A autora não pretende ter conhecido Timor na época, mas a sua narração, destinada a um vasto público, dá muita vida ao clima de terror que então reinava em Díli sob a batuta javanesa.

Continuando numa perspectiva feminina, mas em que a autora é uma jornalista holandesa que, essa, vivia em Timor na altura das horas trágicas de 1999, é de notar a rara densidade dramática do livro, porque I. Cristalis não foi evacuada durante o saque a Díli pelas milícias. Ela era uma profissional, não uma choramingas. Mas que, apesar de tudo, se sentiu transtornada pela acumulação de atrocidades cometidas, directa ou indirectamente, pelos militares de Jacarta. Era também uma activista da causa, pois entrara clandestinamente pela primeira vez em Timor em 1994, então acompanhada pela Pasionaria (muito mais bonita do que o modelo republicano espanhol) da propaganda jornalística da FRETILIN. As duas mulheres serão expulsas sem terem sido molestadas. Mas a impressão de 1994 ficou tão arraigada em Cristalis que voltou a Díli em 1998, aderiu — lucidamente — à luta dos independentistas e realizou uma enorme reportagem sobre as forças — e as fraquezas — do movimento. E depois sobre os primeiros anos da tutela onusiana, as dissidências, a desmobilização dos guerrilheiros, o desencanto, as rivalidades políticas, as mulheres do movimento, os problemas de uma reconciliação delicada, etc. Escreveu «The dark forces are still alive», embora com uma ponta de optimismo. *Bitter Dawn*³⁹ é um dos livros mais realistas que se escreveram sobre um povo de unidade frágil: o crocodilo voltou, e o mais difícil ainda está por fazer!

Mais universitários, convém também citar dois textos mais ou menos sólidos que fornecem elementos indispensáveis à compreensão do problema timorense. Independentemente dos méritos do trabalho de Helen Hill⁴⁰ para o

³⁸ Maggie Helwig, *Where She Was Standing*, Toronto, ECW Press, 2001, 271 páginas.

³⁹ Irena Cristalis, *Bitter Dawn. East Timor — A People's Story*, Londres, Zed Books, 2002, xii-306 páginas, fotografias a preto e branco.

⁴⁰ Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor. Fretilin 1974-1978. The Origins, Ideologies and Strategies of a Nationalist Movement*, Otford (Sydney), Otford Press, 2002, xx-223 páginas.

período recente, o que esta socióloga australiana nos diz da história da resistência primária à conquista portuguesa é de uma insignificância tal — com erros monumentais — que mais valia ter escrito apenas sobre o que conhecia bem: o período de 1974-1978. Não nos sentimos suficientemente competentes para abordar o assunto, mas — salvo opiniões contrárias dos verdadeiros especialistas — pode dizer-se que realizou um trabalho extremamente detalhado que não existe em mais lado nenhum. O mesmo pode dizer-se do livro já antigo de Geoffrey C. Gunn⁴¹, que contém uma introdução apaixonante sobre as viagens do autor a Timor em 1992 e 1993. Bom conhecedor da ilha e da sua sociedade, bem como da língua indonésia, oferece-nos uma reportagem em tudo semelhante ao que poderia ter escrito um observador estrangeiro a percorrer a Polónia ou a Rússia sob a ocupação nazi. Mesmo que o seu português seja bastante elementar, aprendeu o suficiente para perceber quanto a população local odiava o exército indonésio. O restante texto compõe-se de estudos ou mensagens que lamentam ou estigmatizam a atitude expectante ou indiferente das Nações Unidas, de que reproduz inúmeros documentos sobre Timor entre 1975 e 1996.

Regresso aos jornalistas. António Veladas⁴² é um dos autores de vários livros de reportagens publicados em Portugal sobre o drama humano vivido em Timor de Setembro a Dezembro de 1999. Ele é um sentimental, mas mantém os olhos bem abertos e decide ir visitar os guerrilheiros da montanha num veículo na companhia apenas de um fado da Amália e de um antigo combatente da FRETILIN, capturado e torturado pelos indonésios, que virou «traidor» e condutor de táxi. Os indonésios parecem ter nessa altura (Verão de 1999) abrandado a vigilância, sob o olhar dos membros das Nações Unidas. Mas as coisas pioraram depois com a entrada em cena das milícias integracionistas.

Para terminar, mais ambicioso e menos emocional é o grande trabalho de investigação conduzido por dois jornalistas australianos. Ambos conhecem muito melhor a cena política indonésia do que os seus congéneres portugueses e decerto dominam as reacções de Camberra infinitamente melhor do que a história de Timor, relativamente à qual repetem os mesmos erros. *Deliverance*⁴³ destrói pacientemente numerosos mitos que envolviam a retirada indonésia e a posição oficial do governo australiano. Baseado na consulta de vários documentos ainda não tornados públicos e em entrevistas de actores-chaves, o seu inquérito levanta numerosas questões sobre o papel de Habibie e o seu plano de autonomia para Timor, sobre a preparação da

⁴¹ Geoffrey C. Gunn, *East Timor and the United Nations. The Case for Intervention*, Lawrenceville (NJ, EUA), The Red Sea Press, 1997, 241 páginas.

⁴² António Veladas, *Timor, Terra Sentida*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001, xxii-158 páginas.

⁴³ Don Greenless e Robert Garran, *Deliverance. The Inside Story of East Timor's Fight for Freedom*, Crows Nest (NSW, Austrália), Allen and Unwin, 2002, xvi-375 páginas.

operação «terra queimada» do exército indonésio, sobre o jogo das diplomacias para fazer intervir as Nações Unidas, sobre os planos e as actividades do exército australiano no terreno, sobre o que se passa no enclave de Ocussi-Ambeno e sobre mais vinte temas que não podem ser «cobertos» por jornalistas que desembarcam a quente no meio de uma crise tão violenta. Daí a importância deste livro para seguir o encadeamento das causas, das acções e das consequências. Quase se trata já de história.

Acabámos por reencontrar os nossos militares, os nossos políticos e os nossos mágicos do início. Só o hábito muda. Consoante a colonização, a descolonização e a época.

Redigido em Dezembro de 2002.

Tradução de Bernardette Pinto Leite